

Universidade, "lobby" e Constituinte

JORNAL DO BRASIL

João Baptista Vieira Péret

A propósito do polémico perfil de Universidade, esboçado em anteprojeto de lei urdido pelo Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior — Geres, do Ministério da Educação, a Universidade Federal de Minas Gerais, pela voz de seu Conselho Universitário, se comprometeu em discutir e oferecer contribuições ao Congresso Constituinte, relativamente a pressupostos da organização do sistema de ensino, em geral, e da universidade pública, em especial.

Neste sentido acaba a UFMG de dar um primeiro grande passo, congregando-se às demais universidades e estabelecimentos de ensino superior, federais, sediados em Minas, para realizar um esforço prático de fazer chegar aos constituintes contribuições substantivas sobre matérias afetas a estas instituições. É natural, quaisquer dos temas que serão debatidos a partir de fevereiro não de interessar às instituições de ensino, desde que efetivamente investidas da alta missão educacional. Sem o menor intuito ou pretensão de sobrepor-se aos representantes eleitos pela Nação, têm os educadores o dever de não se omitirem no debate de que resultará a nova Carta — alicerce político de que se pretende edificar uma nova ordem, que se espera seja não só moderna, mas modernizante, não só democrática, mas democratizante, assegurando-se-lhe estabilidade dinâmica e, o mais possível, perenemente justa.

Assim, participando de maneira informal do processo, fácil é perceber que as universidades e estabelecimentos federais estarão exercendo o dever de colaboração que lhes é imanente. Não se trata de sustentar interesses particulares, quer de ordem filosófica, quer financeira, mas, sim, de ordem eminentemente pública.

A imprensa, ao divulgar a "Carta de Minas", pela qual as universidades e estabelecimentos anunciaram sua determinação espontânea de participar do processo, mencionou que estas instituições desejam exercer o lobby sobre o Congresso. Com as advertências cautelares acima mencionadas, tal rotulagem é aceitável, apenas aceitável em falta de outra. Isto porque nos países onde existem grupos de pressão cognominados lobby, quer reconhecidos por lei, como nos Estados Unidos, quer informais, como em França, existe alta correlação entre sua prática e a corrupção (contribuição às "caixas" eleitorais; persuasão por posicionamentos em função de interesses eleitorais de congressistas, múltiplas formas de chantagens, favorecimentos, mordomias...). Seja como for, o processo é sustentado por vultosos recursos financeiros de grupos privados, em busca de seus próprios objetivos, através dos lobbyists que pressionam parlamentares nos corredores do Legislativo (lobby, em inglês, significa "corredor", "antecâmara").

Ao contrário, a universidade pública não irá reivindicar interesses de ordem privada, mas falará em favor do interesse coletivo, sintonizada com a vontade geral. Em salas de aula, nos anfiteatros, em toda a imprensa, mas também nos corredores, gabinetes e salões plenários do Congresso, deverá fazer-se presente sua missão pública de co-laborar com a Constituinte. Debaterá publicamente, transparentemente, democraticamen-

te, didaticamente, com os representantes constituintes da nação — por isso mesmo detentores de sua soberania. Porém, com armas da fundamentação substantiva, buscando persuadir, até, o interlocutor por sua sensibilidade à argumentação lógica, tendo por suporte o interesse nacional.

Retomando a mensagem da "Carta de Minas", vem ali claro tratar-se de missão pública a ser empreendida pelas universidades. A tese que ilustra o conjunto do que será por elas levado aos constituintes é a do ensino público e gratuito, considerado como "conquista inalienável da sociedade e como obrigação do Estado", como fator essencial à construção nacional sobre bases democráticas, ao desenvolvimento harmônico e justo da sociedade.

Entretanto, este enunciado não explicita todo o fundamento do princípio, porque, em termos históricos, é possível discutir se se trata realmente de conquista. E, mesmo se o for, não se trata de conquista efetiva — desnutrição e analfabetismo, evasão escolar e desqualificação profissional, alienação política e frustração da cidadania têm dominado a tessitura do quadro endêmico de pobreza e miséria nacional.

Como pilares centrais do desenvolvimento, educação e saúde têm sido abordadas em debates como prioridades superiores. Passemos do discurso à prática: este o desafio. Não será exagero dizer que temos a conquistar a própria sobrevivência nacional. E no que toca à tese do ensino público e gratuito, não há a menor sombra de dúvida quanto à vontade nacional de destinar parcela a mais significativa dos sofridos recursos disponíveis ao investimento monumental que se há de fazer em educação e saúde, fatores sem os quais o indivíduo integrante da comunidade política prosseguirá incapaz de exercer plenamente as liberdades democráticas.

Se a Constituição, em substância, deve refletir a vontade geral, há que se balizar em seu texto, cuidadosamente, o quadro de atuação governamental, a fim de que sua ação não colida com o verdadeiro interesse público. A nação brasileira está suportando os efeitos do endividamento externo, gerado por investimentos priorizados de forma oligárquica, sem nenhum controle social. E parece não haver fôlego para rever com rigoroso critério as contas governamentais, para trazer à luz o seu perfil. As análises de que se tem notícia trazem à baila, quando muito, referências extremamente agregadas, portanto, obscuras. Processa-se, pelo cansaço, como que uma anistia de mão única.

Mas a nação acorda — e não será tarde.

O compromisso das universidades e estabelecimentos superiores federais, sediados em Minas, é amplo. Se a ênfase no ensino público e gratuito, vista com olhos imediatistas, não impressionar, a comunidade nacional pode estar certa da presença de docentes, discentes e funcionários ao longo do processo constituinte e seus posteriores desdobramentos. Este, o sentido maiúsculo do lobby que exerceremos. Para valer.

João Baptista Vieira Péret é professor titular da Faculdade de Ciências Econômicas, membro do Conselho Universitário e assessor do reitor da UFMG.